

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO**
2 **AMBIENTAL DO CEIVAP, REALIZADA NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2005 – RIO DE**
3 **JANEIRO – RJ.** Ao 1º dia do mês de dezembro de 2005, na sede da Associação Brasileira de Engenharia
4 Sanitária – ABES-Rio, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com a presença de 6 membros (conforme relação
5 de presença no final desta ata) além de 3 convidados, e justificadas as ausências, conforme relação também
6 apresentada no final da Ata, foi iniciada a reunião pela Sra. Fátima Casarin (Consórcio BNG2),
7 coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental, com a seguinte ordem do dia constante da
8 convocação: 1) Manual de Investimentos 2006 – Ações de Gestão; 2) Campanha de Conscientização para
9 o Uso Racional da Água aprovada no Manual de Investimentos de 2005 – AGEVAP; 3) Programa de
10 Capacitação continuada em gestão de recursos hídricos; 4) Levantamento do processo histórico na área de
11 Educação Ambiental do CEIVAP – aproveitamento das experiências anteriores (Programa Curso d'Água);
12 e 5) Outros assuntos. A coordenadora passou a palavra ao diretor da Agência da Bacia do Paraíba do Sul –
13 AGEVAP, o Sr. João Jerônimo Monticeli, que fez uma explanação sobre o primeiro item da pauta (Manual
14 de Investimentos 2006 – Ações de gestão). Ele explicou que são três as linhas orçamentárias para
15 aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água: ações estruturais (execução de obras), ações
16 de planejamento (elaboração de projetos executivos) e ações de gestão (educação ambiental, mobilização
17 social, capacitação técnica, monitoramento da qualidade da água, implantação de sistema de informação),
18 além das chamadas ações não estruturais prioritárias para o cumprimento do Contrato de Gestão ANA-
19 AGEVAP (onde estão incluídos a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, a ampliação do
20 cadastro dos usuários, o apoio aos consórcios das sub-bacias, e ajuda de custo para participação dos
21 representantes de ongs nas reuniões do CEIVAP e da AGEVAP, entre outros itens) e ainda o custeio da
22 Agência. O Sr. João Jerônimo informou que, para a aplicação dos recursos arrecadados em 2006 em ações
23 de gestão, o CEIVAP decidiu pela elaboração de um Termos de Referência, embasado no Plano da Bacia e
24 definindo diretrizes, de forma a gerar projetos mais consistentes. O diretor da AGEVAP explicou que essa
25 decisão do CEIVAP foi provocada pelo fato de que, em 2005 – quando não havia o Termo de Referência -,
26 foram aprovados inúmeros projetos de ações de gestão, muito diversificados, que não contemplam a bacia
27 como um todo, gerando, assim, a fragmentação das ações e pulverização dos recursos. Na seqüência, o Sr.
28 João Jerônimo passou para o item 2 da pauta, fazendo a apresentação da Campanha de Conscientização
29 para o Uso Racional da Água, aprovada pelo Conselho de Administração da AGEVAP, a ser desenvolvida
30 sob a coordenação da diretoria e equipe técnica da Agência. Ele fez uma exposição de motivos para
31 justificar a necessidade de implementação da referida campanha. O diretor chamou a atenção para o fato
32 de que a AGEVAP tem recursos que não estão sendo aplicados por falta de projetos e, portanto, é preciso
33 agilizar a implementação dos projetos já aprovados. Ele lembrou que o CEIVAP aprovava, em 2003, a
34 aplicação de recurso numa campanha de comunicação social, através da mídia, visando conscientizar a
35 população da bacia para a necessidade de racionalizar o uso da água; essa campanha que, na época, deveria
36 ser coordenada pelo escritório técnico de apoio ao CEIVAP, não foi implementada. Continuando sua
37 explanação, o Sr. João Jerônimo informou que a AGEVAP resolveu transformar a referida campanha em
38 um programa de educação ambiental, de cunho mais permanente, para o qual há disponível o recurso de
39 R\$ 290.000,00. Encerrada sua fala, o diretor da Agência passou a palavra para a coordenadora da CTEA,
40 Sra. Fátima Casarin que, antes de abordar o assunto em pauta, reclamou da decisão tomada pela secretaria
41 executiva do CEIVAP de modificar a sistemática das reuniões das três Câmaras Técnicas do CEIVAP que,
42 antes, eram realizadas em conjunto e, agora, passaram a acontecer separadamente, sem que seus membros
43 fossem consultados sobre essa mudança – Sra Fátima Casarin ressalta a importância das reuniões
44 acontecerem separadamente porém deverão acontecer no mesmo dia viabilizando menor custo de
45 transporte e melhor aproveitamento do tempo – também chama a atenção para a comunicação integrar
46 membros do CEIVAP e membros de CTs já que apesar de mesma entidade nem sempre os representantes
47 são os mesmos. Sobre o Manual de Investimentos 2006 – Ações de Gestão, ela confirmou que as Câmaras
48 Técnicas recomendaram ao CEIVAP que fosse modificado o sistema de repasse de recurso para ações de
49 gestão, pois os projetos inscritos em 2005 não contemplavam a bacia como um todo e não tinham uma
50 linha única de ação perdendo a oportunidade de criação de uma identidade fortalecida do CEIVAP .
51 Quanto ao item 2 da pauta, a coordenadora da CTEA manifestou sua discordância da decisão do Conselho
52 Administrativo da AGEVAP de transformar a Campanha de Conscientização para o Uso Racional da Água
53 - projeto de comunicação social já aprovado pelo CEIVAP - em um Programa de Educação Ambiental. Na
54 sua opinião, corre-se o risco de haver uma sobreposição de programas de educação ambiental, já que, em
55 2005, foram aprovados vários projetos nessa linha (inclusive aquele apresentado pelos Consórcios BNG2 e
56 da Bacia do Rio Pomba que, segundo a Sra. Fátima, tem semelhanças com a Campanha proposta pela
57 AGEVAP). Ela alertou que essa sobreposição poderá ser ainda maior, quando forem selecionados projetos

58 de gestão/ educação ambiental baseados no Termo de Referência que deverão receber os recursos de 2006.
59 A coordenadora conclui esse assunto, expressando sua opinião de que os programas de educação ambiental
60 na bacia devem ser de iniciativa externa e não de responsabilidade da Agência já que para isso deliberou-se
61 no Manual de Investimento de 2006 que sua competência seria apenas a formulação do Termo de
62 Referência e não a proposta técnica em si. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida)
63 confirmou a informação da Sra. Fátima de que a campanha aprovada pelo CEIVAP era de comunicação
64 social e não de educação ambiental e manifestou-se, também, contrária à alteração do escopo do programa
65 pela diretoria da AGEVAP. Ela ponderou, juntamente com a Sra. Fátima, que, se a Campanha aprovada
66 pelo CEIVAP em 2003 já não atendia às necessidades atuais da bacia, sua adequação à realidade de hoje
67 deveria ser objeto de apreciação pelas CTs e deliberação do CEIVAP. A representante da ong Nosso
68 Vale!Nossa Vida discordou de que a Campanha tenha sido submetida à apreciação do Conselho de
69 Administração da AGEVAP, pois, no seu entender, apreciação de assuntos técnicos compete às Câmaras
70 Técnicas e não ao Conselho de Administração, ao qual compete a análise de assuntos administrativo-
71 financeiros; portanto, a referida Campanha deveria ter sido submetida à CT de Educação Ambiental. Ela
72 alertou para a urgência de se definir os papéis das CTs e do Conselho de Administração, que estão se
73 confundindo, na prática. Ainda referindo-se à implementação de programa de educação ambiental na bacia,
74 sob a coordenação da AGEVAP, a Sra. Cláudia Santiago, da Fundação Getúlio Vargas, – participando da
75 reunião como convidada, enquanto consultora co-responsável pela criação e implementação do Programa
76 Curso d'Água, na bacia do Paraíba do Sul – lembrou aos presentes que o referido programa foi aprovado
77 pelas Câmaras Técnicas e adotado pelo CEIVAP, nos anos de 1999-2000, e declarou que a marca Curso
78 d'Água pertence ao CEIVAP, podendo o programa ser reativado pelo Comitê, usando a mesma marca, se
79 for de interesse. Ela recomenda que, seja qual for o programa adotado, que se utilize a mão-de- obra
80 capacitada pelo Programa Curso d'Água nos municípios onde foi aplicado dando continuidade a identidade
81 destes professores com a gestão da bacia do Paraíba do Sul. Voltando ao item 1 da pauta – Manual de
82 Investimentos 2006 – Ações de Gestão – a Sra. Ana Cláudia Zamboti (PM Volta Redonda – RJ) perguntou
83 ao diretor da AGEVAP, Sr. João Jerônimo, se a prefeitura de Volta Redonda poderá reinscrever, para
84 2006, o projeto de ação de gestão hierarquizado em 2005, mas não contemplado com recurso, por causa de
85 sua colocação em 14º lugar. Ele respondeu que, como em 2005, o sistema de escolha será o processo
86 seletivo, através de edital, é preciso adequar o projeto inscrito em 2005 ao Termo de Referência para
87 seleção de projetos em 2006. A Sra. Fátima aproveitou para saber do Sr. João Jerônimo se já está prevista a
88 publicação do Edital para seleção dos projetos, ao que ele respondeu que a AGEVAP está aguardando as
89 contribuições dos membros do CEIVAP e de suas Câmaras Técnicas para redigir o Termo de Referência.
90 A representante da Prefeitura de Volta Redonda criticou a critério adotado pelas CTs, para fazer a
91 hierarquização final dos projetos de gestão de 2005, que foi o sorteio; na sua opinião, esse não é um
92 critério técnico. Acatando a crítica, o Sr. João Jerônimo informou que a AGEVAP vai distribuir aos
93 membros do CEIVAP e das Câmaras Técnicas uma síntese do Plano da Bacia do Paraíba do Sul, para
94 conhecimento de todos, de forma que, na ocasião da seleção de projetos, sejam hierarquizados aqueles que
95 estiverem dentro das diretrizes do Plano. Ainda sobre os critérios para a hierarquização de projetos, o Sr.
96 Roberto Lamego (ong Salveaserra – RJ) defendeu que, para a lisura do processo, seja vetada a
97 participação, na reunião para hierarquização, daqueles membros do CEIVAP ou de suas Câmaras Técnicas
98 que inscreveram projetos. Encerrando os trabalhos, a coordenadora Fátima fez o encaminhamento das
99 recomendações e/ou solicitações a serem feitas pela CTEA ao CEIVAP e/ou ao Conselho de
100 Administração, aprovadas por todos, a saber: **1)** Sobre a Campanha de Conscientização para o Uso
101 Racional da Água, recomenda-se que este recurso seja utilizado pelos projetos aprovados no Manual de
102 Investimentos de 2005 ou em reforço a área de comunicação (produção do boletim Águas do Paraíba por
103 exemplo) e que as ações de Educação Ambiental aguarde os projetos a serem apresentados baseados no
104 Termo de Referência da Agevap, ou ainda seja considerada a possibilidade de se implementar projetos já
105 existentes de educação ambiental; **2)** Retomada do Programa Curso D'Água, utilizando sua marca para as
106 ações de educação ambiental a serem desenvolvidas pela Agevap/CEIVAP; **3)** A hierarquização dos
107 projetos para receberem recursos do CEIVAP deve ser válida por dois anos; **4)** Definição de
108 competências quanto a análise dos assuntos em pauta, estabelecendo que às Câmaras Técnicas cabe a
109 apreciação dos projetos técnicos; e ao Conselho de Administração, os assuntos administrativos e
110 financeiros; **5)** Realização de oficina interna, para os membros, conselheiros, diretoria e funcionários do
111 CEIVAP/Agevap, para definição da identidade, papéis, atribuições, competências de cada um dos quatro
112 colegiados do CEIVAP (Plenário, Câmara Técnica Institucional, CT de Planejamento e Investimento e CT
113 de Educação Ambiental), e dos três da AGEVAP (Assembléia Geral, Conselho de Administração, e
114 Conselho Fiscal); **6)** Realização de oficina de capacitação para os novos membros do CEIVAP e de suas

115 Câmaras Técnicas, logo após as eleições, para que eles se interessem da dinâmica do processo de gestão
116 participativa da bacia, e do andamento das ações desenvolvidas pelo Comitê e sua Agência, bem como
117 sejam informados sobre as atribuições de cada um dos colegiados; **7)** Realização de curso de capacitação
118 sobre gestão participativa da bacia, destinado aos técnicos das prefeituras, logo após as eleições
119 municipais; **8)** Colocação no site do CEIVAP, com chamada na página inicial (figurando no mapa do site
120 como **Histórico**), do Estudo de Caso do CEIVAP, relato sobre a experiência do Comitê, desde sua
121 criação/instalação (1996/1997) até a instalação da Agência da Bacia do Paraíba do Sul (2004), elaborado
122 no âmbito do Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local, prêmio conquistado pelo CEIVAP em
123 2003; recomenda-se também colocar no site o Relatório Final do Programa Curso D'Água e registro
124 fotográfico das atividades. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, tendo a presente Ata sido
125 lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária "ad hoc", e assinada pela coordenadora da Câmara
126 Técnica de Educação Ambiental, Sra. Fátima Casarin, que a presidiu.

127
128
129
130

131 **Fátima Casarin**
132 **Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental**

133
134
135

136 Resende, 1º de dezembro de 2005

137
138

139 LISTA DOS PRESENTES:

140

141 Marta Vasconcelos Ottoni (SERLA-RJ), Ana Cláudia Zamboti (Prefeitura de Volta Redonda-RJ), Ana Maria
142 Brito, representando Gilson Batista (Instituto IPANEMA-RJ), Roberto Lamego (Salveaserra-RJ), Fátima
143 Casarin (Consórcio BNG2-RJ), Guilherme Liao Eiras (Prefeitura Municipal de Pinheiral – RJ)

144

145 AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

146

147 Maria Regina de Aquino Silva (FEV-UNIVAP-SP), João Alberto de Oliveira (CESP-SP), Maria Luiza
148 Ferreira (SAAE-Três Rios – RJ), Teresa Cristina Brasil de Paiva (FAENQUIL-SP), João Batista Pinto
149 (Prefeitura Municipal de Rio Pomba - MG), Lúcia Helena Baldanza (UNIPAC-MG), Georgina Maria de F.
150 Mucci (FUNCEC).

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162